

OBRA 
TRANSPARENTE

RESULTADOS POSITIVOS

para Avaliação Qualitativa

Apoio



Parceria



Resultados positivos para avaliação qualitativa

Ao longo do projeto Obra Transparente, nós monitoramos e colhemos dados sobre projetos de construção, alocação e transferência de recursos federais, processos licitatórios e execução das obras, bem como atividades de monitoramento e fiscalização realizadas pelos órgãos da administração pública de forma a garantir a finalização e entrega das obras, em consonância com diretrizes legais e normas técnicas. Esse trabalho forneceu os meios necessários para avaliarmos a efetividade e o impacto do ProInfância, ressaltando seus problemas, falhas e limites, ao mesmo tempo que nos permitiu propor uma série de medidas possíveis a serem adotadas pelo governo federal para melhorar a implementação do programa – informações que estão condensadas em nosso relatório final.

Além disso, a rede de voluntários dos observatórios sociais locais que foram capacitados pela Transparência Brasil realizou atividades frequentes e qualificadas de controle social, como o monitoramento das obras públicas, nos quais foram capazes de identificar diversas falhas técnicas e legais, bem como irregularidades na implementação dos projetos. Essas falhas foram prontamente comunicadas às administrações locais. Na maioria dos casos, os órgãos municipais fizeram uso desses relatórios para demandar que as empresas contratadas realizassem as correções necessárias, de modo que os problemas identificados fossem efetivamente corrigidos. Equipados com o apoio das Câmaras Técnicas, nossos parceiros locais também detectaram sinais de potenciais fraudes em processos de contratação pública, os quais foram relatados às autoridades de controle para encaminhamentos legais cabíveis.

Essas atividades demonstram ainda mais os impactos positivos do trabalho de controle social. Em primeiro lugar, ao ocuparem as lacunas presentes nos procedimentos de fiscalização de contratos conduzidos pelas autoridades locais, os quais são responsáveis por garantir que as condições legais de contratação sejam totalmente respeitadas e que as empresas contratadas mantenham os padrões de qualidade necessários. Em muitos casos, problemas técnicos e de qualidade foram ignorados pelos fiscais municipais, apenas sendo identificados e corrigidos devido ao monitoramento realizado pelos ativistas locais. Assim, nossas práticas de controle social contribuíram para melhorar a qualidade dos projetos de construção monitorados.

Em segundo lugar, o fato de detectarmos evidências de fraudes em licitações também demonstra que as administrações locais nem sempre são suficientemente eficazes ao conduzir os processos licitatórios, de forma que nossos parceiros locais mais uma vez contribuíram ao suprir lacunas institucionais. Ademais, considerando que os órgãos de controle federais não possuem a capacidade de fiscalizar e analisar adequadamente o imenso volume de processos de contratação realizados a nível local, nossas atividades de controle social resultaram na identificação de casos de alto risco que não teriam sido avaliados pelos órgãos competentes caso não estivéssemos presentes.

Apresentamos abaixo alguns exemplos que ilustram esses impactos positivos.

Araucária

Em 2017, o município de Araucária (PR) abriu um processo licitatório para contratar empresas para a construção de três creches públicas. Enviamos especialistas técnicos e voluntários do Observatório Social de Araucária aos locais de construção, para verificar se os projetos de obra eram consistentes com as condições físicas do terreno. Os especialistas determinaram que as estruturas de contenção incluídas no projeto original eram desnecessárias, podendo ser substituídas por soluções de baixo custo mediante ajustes no projeto. Ao todo, essas estruturas custavam R\$ 1,577,338.57, de acordo com o projeto original.

Essa análise foi enviada à prefeitura, junto às sugestões para a mudança dos projetos de construção. Foram, contudo, rejeitadas, e o processo licitatório seguiu com o projeto original. Em seguida, os achados dos especialistas foram enviados ao Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU recomendou que a licitação fosse refeita com alterações nos projetos de construção iniciais, dessa vez substituindo a estrutura original pela opção de melhor custo-benefício.

Na nova licitação, os custos das novas estruturas foram estimados em R\$ 416,883.17, o que significou uma redução de 74% em relação ao preço anterior. Para dar um exemplo do impacto disso no orçamento municipal, o total economizado nessas três construções representa cerca de 3% de todos os investimentos de Araucária no ano fiscal de 2018. Em suma, para um único município, o projeto resultou em uma economia maior do que seu custo total de financiamento para a UNDEF (US\$ 220,000.00).

Taubaté

Em Taubaté, os voluntários realizaram monitoramento mensal de quatro obras em andamento. Todas as obras foram efetivamente terminadas e entregues, apesar de estarem em atraso. Uma delas era uma obra paralisada que fora retomada, tendo sido entregue com dois meses de atraso. As outras três tiveram atrasos maiores, mas nenhum aditivo de contrato precisou ser realizado em relação aos preços, apenas aos prazos.

Nessas obras, nossos voluntários encontraram defeitos e problemas, os quais foram imediatamente relatados ao governo municipal, que em seguida providenciou os reparos e correções necessários. Nossos parceiros acabaram por substituir os fiscais municipais e suprir as insuficiências da fiscalização municipal ao garantir o bom cumprimento dos contratos através das atividades de controle social, o que demonstra nosso impacto positivo frente a ineficiências nas práticas dos governos locais e da ausência de pessoal qualificado.

Foz do Iguaçu

Voluntários encontraram problemas em obras em andamento, os quais imediatamente relataram aos fiscais de obras e à prefeitura. Isso levou o município de Foz do Iguaçu a demandar as correções junto às empresas contratadas, as quais efetivamente as realizaram.

Além disso, esses voluntários realizaram atividades de controle social e monitoramento com elevada frequência: semanalmente, para as três obras em andamento analisadas. Isso permitiu que se realizasse uma investigação minuciosa, revelando uma série de defeitos nos projetos de estruturas de fundação. Os relatórios sobre esses defeitos foram igualmente encaminhados à administração municipal para conhecimento e correção.

Goioerê

Em Goioerê, os voluntários visitaram uma obra de escola já entregue e perceberam que as janelas não estavam instaladas corretamente, de maneira que seu funcionamento encontrava-se prejudicado. Uma série de acabamentos também não haviam sido realizados, como a instalação de barras de apoio nos banheiros acessíveis, voltados às pessoas com deficiências, necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

Esses defeitos comprometem o uso adequado das instalações, expondo seus usuários – em sua maioria, crianças – a situações de perigo. Após denúncia do observatório local para a prefeitura, a maioria das falhas foram corrigidas pela empresa contratada.

Jequié e São Paulo

Além dos resultados positivos dentro do escopo do projeto e entre os Observatórios Sociais parceiros, o Obra Transparente inspirou organizações para além de sua rede original. Os observatórios de São Paulo e de Jequié, por exemplo, manifestaram forte interesse em desenvolver seus próprios projetos de controle social com base em nossos materiais, guias, metodologia e procedimentos. Em Jequié, já há um projeto similar em andamento, realizado mediante parcerias com universidades locais.

Dessa maneira, é evidente que o projeto Obra Transparente desenvolveu um paradigma replicável para o controle social de licitações e obras públicas nos municípios brasileiros, e que permanecerá muito relevante mesmo após o encerramento do projeto.

TransparênciaBrasil

2019

